



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

Aos 08 dias do mês de junho de 2021, pelas 10:06 horas, reuniu a Comissão De Assuntos Europeus, na(o) Sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

#### **Parte I**

**Audição conjunta com o Representante de Portugal no Conselho de Administração da Europol, Dr. Veríssimo Santos Milhazes (videoconferência) [audição conjunta com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias]**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos, declarou aberta a audição e, após os habituais cumprimentos, passou de imediato a palavra ao Senhor Representante de Portugal no Conselho de Administração da Europol, Dr. Veríssimo Santos Milhazes, que iniciou a sua intervenção apresentando a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol), dando nota das suas competências, do seu regulamento e da sua estrutura, referindo ainda o âmbito da cooperação desenvolvida com as agências e organismos europeus.

Aludiu às dificuldades enfrentadas pela Europol no que respeita à obtenção de dados junto a entidades privadas e às propostas de revisão do Regulamento da Europol e do Sistema SIS, que constitui uma prioridade da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, passando a enumerá-las:

- Cooperação com entidades privadas;
- Análise de “big data”, garantido a sua categorização de acordo com o anexo do Regulamento Europol;
- Reforço do papel da Europol enquanto “hub” de informação;
- Introdução de dados no sistema de informação Schengen (SIS);
- Reforço da cooperação com países terceiros;

## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

- Reforçar a relação com a União Europeia;
- Reforçar o quadro regulamentar da proteção de dados aplicável à Europol;

Seguidamente, tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, Deputado José Magalhães, para moderar a ronda única de debate, que contou com as intervenções dos Senhores Deputados Isabel Oneto (PS), Sérgio Marques (PSD) e Fabíola Cardoso (BE).

O Senhor Representante de Portugal no Conselho de Administração da Europol, Dr. Veríssimo Santos Milhazes respondeu às questões colocadas.

A audição foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: [Audição do representante de Portugal no Conselho de Administração da EUROPOL \(parlamento.pt\)](https://www.parlamento.pt/Audição-do-representante-de-Portugal-no-Conselho-de-Administração-da-EUROPOL))

## Parte II

### Informações

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus informou não haver informações a prestar, passando de imediato ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

### 2. Grupo de Trabalho – Escrutínio de Iniciativas Europeias

No seguimento da realização do Grupo de Trabalho sobre o Escrutínio de Iniciativas Europeias, o Senhor Presidente da Comissão, apresentou os resultados da referida reunião e refletidos na tabela infra:

Referência	Data Iniciativa	Título	Comissão Competente
<a href="#">COM(2021)294</a>	2021-06-01	Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO que altera a Recomendação (UE) 2020/1475 do Conselho, de 13 de outubro de 2020, sobre uma abordagem coordenada das restrições à liberdade de circulação em resposta à pandemia de COVID-19	Escrutínio à 1ª Comissão (CACDLG)  Conhecimento à 9ª Comissão (CS)

**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

<a href="#">COM(2021)267</a>	2021-05-27	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional – Europa Global para o período 2021-2027	Conhecimento à 2ª Comissão (CNECP)
<a href="#">COM(2021)256</a>	2021-05-28	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção de um regulamento que estabelece o Instrumento de apoio financeiro aos equipamentos de controlo aduaneiro	Conhecimento à 6ª Comissão (CEIOPH)
<a href="#">COM(2021)264</a>	2021-05-28	RELATÓRIO DA COMISSÃO Relatório de avaliação da Comissão sobre a aplicação do Regulamento (UE) n.º 461/2010 relativo à isenção por categoria no setor dos veículos automóveis	Conhecimento à 6ª Comissão (CEIOPH)
<a href="#">COM(2021)269</a>	2021-06-01	Recomendação de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza a abertura de negociações tendo em vista a alteração do Acordo entre a União Europeia e o Japão no domínio do auxílio judiciário mútuo em matéria penal	Conhecimento à 1ª Comissão (CACDLG) e à 2ª Comissão (CNECP)
<a href="#">COM(2021)289</a>	2021-06-01	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção do Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de Cooperação Territorial Europeia (Interreg), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e pelos instrumentos de financiamento externo	Conhecimento à 11ª Comissão (CAEOT)
<a href="#">COM(2021)400</a>	2021-06-01	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Caminho para um planeta saudável para todos  Plano de ação da UE: «Rumo à poluição zero no ar, na água e no solo»	Conhecimento à 11ª Comissão (CAEOT)
<a href="#">COM(2021)202</a>	2021-06-02	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo às máquinas e seus componentes e acessórios	Conhecimento à 6ª Comissão (CEIOPH)
<a href="#">COM(2021)275</a>	2021-06-02	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa às contribuições financeiras a pagar pelas partes no Fundo Europeu de Desenvolvimento para financiar este fundo, incluindo a segunda parcela de 2021	Conhecimento à 2ª Comissão (CNECP)
<a href="#">COM(2021)522</a>	2021-06-02	Recomendação de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de 2021 de Portugal	Conhecimento à 5ª Comissão (COF)

Submetida a votação, a lista com os resultados da reunião do Grupo de Trabalho foi ratificada pela Comissão de Assuntos Europeus por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do PCP e do GP do CDS-PP.



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

#### **3. Conferência sobre o Futuro da Europa – ponto de situação**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus começou por informar que a realização da primeira iniciativa de âmbito nacional a realizar no seio da Conferência sobre o Futuro da Europa está prevista para o dia 16 de junho, mencionado ainda que está agendada para o dia 17 de junho, a primeira iniciativa a nível europeu, ambas a ter lugar em Lisboa.

Mais referiu o Senhor Presidente que, nos dias 18 e 19 de junho, terá lugar em Estrasburgo, a reunião plenária da Conferência, na qual participará a delegação da Assembleia da República, estando o primeiro dia reservado para as reuniões dos grupos políticos, e das partes que integram a Plenária (Parlamento Europeu e Parlamentos nacionais), que será presidida pelo próprio.

Em relação ao programa de trabalhos sobre as iniciativas nacionais apresentado pelo Governo, deu nota de que no dia 4 de junho teve lugar uma reunião sobre esta matéria, que incidiu sobre a proposta apresentada pelo Governo, informando que demonstrou a sua discordância com o facto de se propor que cada um dos eventos tivesse um orador indicado pelos participantes institucionais, tendo defendido que o Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais, enquanto órgãos representativos dos cidadãos, deveriam indicar os moderadores para os eventos, cabendo às restantes entidades, como a Comissão Europeia por exemplo, fazê-lo de forma rotativa.

Mencionou ainda que, caso esta sugestão mereça acolhimento, estando prevista a realização de 7 eventos, da Assembleia da República poderiam participar sete representantes, propondo que a escolha incidisse sobre os Grupos Parlamentares existentes.

Sugeriu ainda que, de forma a garantir uma maior efetivação da participação, pudessem ser facultados convites às diversas entidades envolvidas no evento, que promovessem a participação dos cidadãos, em particular dos jovens.

#### **4. Nomeação de Deputado autor de parecer no âmbito da iniciativa europeia:**



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.<sup>a</sup> SL

#### **COM (2021) 223 – Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a subvenções estrangeiras que distorcem o mercado interno**

##### **Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD**

Iniciativa sinalizada pela CAE – Prazo de Protocolo 2: – 22/07/2021

Tomou a palavra a Senhora Deputada Isabel Meireles para informar que o Grupo Parlamentar do PSD indicaria o Senhor Deputado Autor de Parecer durante o dia de quarta-feira.

#### **5. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito de iniciativas legislativas:**

Conta Geral do Estado (CGE) 2019

Deputado Autor de Parecer: Pedro Cegonho

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (PSD) apresentou o seu parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência dos GP do PCP e do GP do CDS-PP.

#### **6. Discussão do Projeto de Resolução 1301/XIV/2 - Proteção dos direitos humanos e a política externa da União Europeia em matéria de migração (PS)**

Atendendo à identidade do objeto do Projeto de Resolução 1301/XIV/2 e do Projeto de Resolução 1310/XIV/2, a sua apresentação foi realizada conjuntamente, no ponto seguinte da ordem de trabalhos.

#### **7. Discussão do Projeto de Resolução 1310/XIV/2 - Por uma Política de Migração que garanta a proteção efetiva de migrantes na União Europeia,**



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

#### **o cumprimento dos Direitos Humanos e a salvaguarda da intervenção humanitária de salvamento de náufragos (NINSC JKM)**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) e a Senhora Deputada Não Inscrita, Joacine Katar Moreira (Ninsc JKM) tomaram a iniciativa de apresentar os Projetos de Resolução n.ºs 1301/XIV/2ª (PS) e 1310/XIV/2ª (Ninsc JKM) ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, tendo o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus passado de imediato a palavra à Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa, que procedeu à apresentação do PJR n.º 1301/XIV/2ª (PS) começando por referir que o mesmo visa assinalar uma iniciativa do Parlamento Europeu (PE), aprovada, com ampla maioria, no passado dia 19 de maio, relativa à proteção dos direitos humanos e à política externa da União Europeia (UE) em matéria de migrações internacionais, destacando alguns aspetos nomeadamente, a necessidade de reiterar a proteção dos direitos humanos no âmbito da gestão da fronteira externa da UE e o dever dos controlos das fronteiras, no âmbito dos mecanismos de cooperação com países terceiros, se fizerem de acordo com os parâmetros de proteção dos direitos humanos decorrentes do acervo comunitário. Apontou também preocupações em relação aos fluxos de menores não acompanhados e à necessidade de se assegurar a sua proteção; bem como a necessidade de se assegurar o respeito absoluto pelo direito de asilo e pela Convenção de Genebra. Sublinhou também a necessidade de a defesa dos direitos humanos não ceder perante qualquer outra consideração no que diz respeito não apenas à gestão de controlo de fronteiras, mas também das políticas migratórias e de proteção de refugiados e, o que justifica recomendações feitas neste âmbito ao Governo.

Seguiu-se a intervenção da Senhora Deputada Joacine Katar Moreira, que procedeu à apresentação do seu PJR n.º 1310/XIV/2ª (Ninsc JKM), referindo que a imagem que a UE tem mostrado não tem sido a imagem de uma Europa com valores humanistas e solidária e que nos últimos anos o paradigma do desenvolvimento foi substituído pelo paradigma da segurança, alterando radicalmente a forma como se olha para os imigrantes e os refugiados, considerando, por isso, que chegou a altura de incentivar a UE a relembrar os valores da sua existência. Sublinhou a importância de as sociedades serem avaliadas não só com base em critérios económicos, como também pela forma



## Comissão de Assuntos Europeus

### ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL

como recebem os indivíduos de outras religiões e nacionalidades. Referiu que a UE opta por uma designação de migrantes a indivíduos que, na sua maioria são refugiados, como uma forma de não serem acionados os mecanismos de receção que assistem aos refugiados, considerando, assim, necessário distinguir conceitos, nomeadamente o de imigrantes, refugiados e asilados. Destacou a necessidade de um olhar mais humanitário e que entenda que ninguém abandona o seu país de origem se estiver confortável, considerando incoerente esperar uma imigração legal se a legislação dos vários Estados-Membros bem como a legislação comunitária não a incentiva, e que, por esse motivo, a única maneira de entrar na Europa seja por vias não oficiais, colocando em risco muitas vidas. Afirmou ainda que a Europa se transformou numa Europa fortaleza, e finalizou explicando que esta iniciativa tem como objetivo salvaguardar os direitos humanos, alargar a ótica comunitária e nacional em relação aos que procuram a Europa mas também investir material e apoiar financeiramente as entidades que trabalham com os refugiados, bem como salvaguardar os ativistas que resgatam os imigrantes.

Na discussão realizada de seguida, intervieram as seguintes Senhoras Deputadas:

A Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa (PS) apresentou algumas observações em relação ao PJR n.º n.º 1310/XIV/2ª (Ninsc JKM), uma vez que, ainda que o Projeto de Resolução esteja relacionado com a política de imigração da UE, as recomendações são muito específicas e circunscritas ao plano interno. A respeito da revisão da Convenção de Dublin, referiu que esta já foi substituída por um regulamento que se apelida de Dublin, mas que a Convenção, propriamente dita, já não existe há várias décadas. Também se mostrou em desacordo em relação à questão sobre a «Nova Estratégia da UE sobre o regresso voluntário e a reintegração», considerando que esta faz parte do reforço de uma política de afastamento de imigrantes do território da UE. Em relação às operações de *pushback*, explicou que embora sejam uma realidade, considerou que não praticadas pela Marinha, mas sim por entidades que têm a missão de controlo e vigilância de fronteiras. Em relação ao conceito de migrantes climáticos referiu que se trata de um conceito que não está definido, sendo fortemente contestado pelo Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) que tem alertado para o facto de ser um conceito de difícil concretização e manifestado



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

receios que, através da diluição dos conceitos e da sua abrangência, se acabe por desproteger os refugiados ou beneficiários de proteção subsidiária. Também não concordou com a recomendação a respeito do pedido de asilo nos consulados e embaixadas portuguesas no estrangeiro, considerando que o tratamento extraterritorial de pedidos de asilo é uma questão muito problemática do ponto dos direitos humanos. Em relação à proteção dos ativistas que resgatam migrantes, considera ser uma boa recomendação, mas tendo em conta que no terreno existem também entidades ligadas a redes de tráfico de seres humanos, esta questão requer um cuidado acrescido. Pelos motivos elencados a Senhora Deputada informou não acompanhar este Projeto de Resolução.

A Senhora Deputada Fabíola Cardoso (BE) considerou que ambas as propostas contêm um conjunto de boas intenções, mas que chocam com a realidade a nível europeu e nacional. Referiu que o Grupo Parlamentar do BE não apresentou um documento próprio sobre este assunto uma vez que, tanto a nível europeu como nacional, tem apresentado propostas legislativas sobre áreas mais específicas, nomeadamente o tráfico de seres humanos, o trabalho forçado e a mudança de alteração do funcionamento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). Considerou ser necessário uma política assente em ações conducentes uma efetiva mudança. Em relação a ambos os Projetos de Resolução concorda com um conjunto de recomendações, nomeadamente a necessidade de se definirem vias legais de entrada na UE; a alteração do paradigma securitário; uma mudança na forma como são abordados os salvamentos no mar e as questões que dizem respeito às mulheres e às crianças em situação de asilo. Considerou que há um conjunto de propostas que, a serem implementadas, poderão conduzir a uma mudança significativa na forma como as migrações são vistas, mas também sublinhou que, paralelamente a uma suposta mudança de paradigma, há um reforço das políticas de repatriação voluntária, abordagens que considera perigosas, podendo colocar em risco a vida destas pessoas.

A Senhora Deputada Joacine Katar Moreira considerou que foi feita uma leitura muito complexa da sua iniciativa pela Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa. Em relação à proteção dos activistas que resgatam migrantes, alegou que está ciente da realidade de existirem redes de tráfico humano, mas, considera que, o facto de existirem





## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

entidades que ajam com propósitos contra os direitos humanos não significa desproteger aqueles que o fazem com a finalidade de os defender. Em relação aos pedidos de asilo nos consulados e embaixadas portuguesas no estrangeiro não defende que seja a única solução, mas considera que inibiria os naufrágios e pudesse desencorajar a proliferação de redes ilegais. Relativamente ao conceito de migrantes climáticos referiu ser um conceito amplamente usado, não necessariamente enquanto instrumento de ação política, mas enquanto uma chamada de atenção em relação aos efeitos das alterações climáticas e da destruição do meio ambiente para o aumento de refugiados, considerando que o facto de as Nações Unidas terem reservas quanto a este conceito em nada invalida a sua recomendação.

A Senhora Deputada Isabel Meirelles (PSD) referiu que, relativamente ao Projeto de Resolução n.º 1310/XIV/2ª (Ninsc JKM), o Grupo Parlamentar do PSD concorda no essencial com as observações e dificuldades referidas pela Senhora Deputada Constança Urbano de Sousa. Quanto ao Projeto de Resolução n.º 1301/XIV/2ª (PS), o Grupo Parlamentar do PSD acompanha este projeto. Aludiu ainda à discussão de um parecer recentemente apresentado na Comissão de Assuntos Europeus, pelo Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD), relativo à «Comunicação da Comissão ao PE, ao Conselho, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões sobre um novo Pacto em matéria de Migração e Asilo», relembrando alguns aspetos nomeadamente, a criação de um sistema de gestão de migrações credível, previsível e fiável; a vinculação dos Estados-Membros a uma ação responsável e solidária entre si, apoiando sobretudo os Estados mais pressionados com os fluxos migratórios e garantir que a UE cumpre as suas obrigações humanitárias. Considera necessária uma solução global permanente para a problemática da migração que passe por um sistema europeu comum de asilo resiliente e funcional, estabelecendo um equilíbrio necessário entre responsabilidade e solidariedade. Por fim congratula a resolução do PE sobre a proteção dos direitos humanos e a política externa da UE em matéria de migração.

- 8. Designação dos membros da Comissão de Assuntos Europeus que integrarão a delegação da Assembleia da República à II Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo – Videoconferência, 14 de junho de 2021 (cabe ao PS e ao PSD)**



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

Tomou a palavra a Senhora Deputada Isabel Oneto para informar que, por parte do Grupo Parlamentar do PS, seria indicada a Senhora Deputada Edite Estrela, seguindo-se a intervenção da Senhora Deputada Isabel Meirelles que referiu que por parte do Grupo Parlamentar do PS, seria indicado o Senhor Deputado Carlos Gonçalves, mediante disponibilidade, para integrar a delegação da Assembleia da República à II Conferência de Alto Nível sobre Migrações e Asilo.

#### **9. Designação dos membros da Comissão de Assuntos Europeus que integrarão a delegação da Assembleia da República à Reunião Interparlamentar sobre a lei eleitoral para o Parlamento Europeu e o direito de inquérito parlamentar – Videoconferência, 22 de junho de 2021 (cabe ao PS)**

A Senhora Deputada Isabel Oneto informou que o Grupo Parlamentar do PS indicaria os membros que integrarão a delegação da Assembleia da República à Reunião Interparlamentar sobre a lei eleitoral para o Parlamento Europeu e o direito de inquérito parlamentar, durante o dia de quarta-feira.

#### **10. Outros Assuntos**

O Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus informou a agenda de trabalhos da Comissão, nomeadamente:

16 de junho – Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Europeus

21 de junho – Conferência sobre o papel dos Parlamentos no aprofundamento da relação UE-África

22 de junho - Audiência conjunta com o Tribunal de contas Europeu

23 de junho – Audição após o Conselho Europeu de 24 e 25 de maio e Audição preparatória do Conselho Europeu de 24 e 25 de junho

29 de junho – Audição após o Conselho Europeu de 24 e 25 de junho

6 de julho – Audição Regimental



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

13 de julho – Audição da Senhora Embaixadora da Eslovénia sobre as prioridades da Presidência do Conselho da União Europeia

#### **11. Apreciação e votação da ata n.º 80 de 25 de maio de 2021 e da ata n.º 81 de 2 de junho de 2021.**

O Senhor Presidente colocou a votação a atas n.ºs 80 e 81, que foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do GP do PCP e do GP do CPS-PP

---

A reunião foi encerrada às 12:40 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2021.

**O PRESIDENTE**

**(LUÍS CAPOULAS SANTOS)**



## **Comissão de Assuntos Europeus**

### **ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

#### **Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)  
Constança Urbano De Sousa (PS)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Isabel Oneto (PS)  
Isabel Rodrigues (PS)  
Luís Capoulas Santos (PS)  
Paulo Pisco (PS)  
Pedro Cegonho (PS)  
Rosário Gambôa (PS)  
Ana Miguel Dos Santos (PSD)  
António Cunha (PSD)  
António Lima Costa (PSD)  
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)  
Duarte Marques (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
Paulo Moniz (PSD)  
Sérgio Marques (PSD)  
Fabíola Cardoso (BE)  
Bruno Dias (PCP)  
Edite Estrela (PS)  
Fernando Paulo Ferreira (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Santinho Pacheco (PS)  
André Coelho Lima (PSD)  
António Maló De Abreu (PSD)  
Carla Borges (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)  
Telmo Correia (CDS-PP)



**Comissão de Assuntos Europeus**

**ATA NÚMERO 82/XIV/ 2.ª SL**

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar De Vasconcelos (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Beatriz Gomes Dias (BE)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)